

## **LEI ORDINÁRIA Nº 964**

*de 28 de março de 1994*

### **Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA E dá outras providências.**

*Prefeito Municipal de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:*

#### **Art. 1º..**

*Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - órgão controlador e deliberativo das ações em todos os níveis, observado o disposto no artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990.*

#### **Art. 2º..** Compete ao Conselho:

~~**I.** propor, no âmbito do Município, o atendimento aos direitos da criança e do adolescente, através de:~~ **(REVOGADO)**

~~**a).** políticas salariais básicas;~~ **(REVOGADO)**

~~**b).** políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dele necessitem;~~ **(REVOGADO)**

~~**c).** serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;~~ **(REVOGADO)**

~~**d).** serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;~~ **(REVOGADO)**

~~**e).** proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.~~ **(REVOGADO)**

~~**II.** controlar ações governamentais e não-governamentais, com atuação destinada à infância e à adolescência no Município de Camapuã, com vistas à infância e à adolescência no município de Camapuã, com vistas à consecução das diretrizes e objetivos definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente; (REVOGADO)~~

~~**III.** apoiar, sugerir planos, programas ou projetos no território do Município de Camapuã, sejam da iniciativa pública ou privada, que tenham como objetivo promover e assegurar direitos, garantindo a proteção integral à infância e à adolescência. (REVOGADO)~~

**Art. 3º..** A concessão, pelo Poder Público, de qualquer subvenção ou auxílio às entidades que, de qualquer modo, tenham por objetivo a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente estará condicionada ao registro prévio das entidades não governamentais e respectivos programas e à inscrição dos programas propostos pelos órgãos governamentais junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que manterá registro atualizado, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

**Art. 4º..** Todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente só terão validade quando aprovadas pela maioria absoluta de seus membros e publicadas no Diário Oficial.

**Art. 5º..** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria de Promoção Social e Saúde do Município de Camapuã, será constituído por 7 (sete) membros, indicados imparitamente pelas instituições públicas governamentais e não-governamentais que atuam no município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, sendo:

**1º.** 4 (quatro) membros do Poder Executivo Municipal e 3 (três) membros representando as instituições públicas não-governamentais, legalmente constituídas, com sede no Município de Camapuã.

- 2º.** Além dos titulares, as entidades nominadas no parágrafo 1º deste artigo indicarão igual número de suplentes.
- 3º.** ~~O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período. (REVOGADO)~~
- 4º.** ~~A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada. (REVOGADO)~~
- 5º.** ~~O exercício da função de conselheiro será considerado prioritário, sendo justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinado pelo seu comparecimento a sessões do Conselho ou pela participação em diligências autorizadas por este. (REVOGADO)~~
- 6º.** ~~Perderá o mandato o conselheiro que faltar injustificadamente a 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) alternativas, no período de um ano, ou for condenado em sentença por crime ou contravenção penal de qualquer natureza previstos em Lei. (REVOGADO)~~
- 7º.** ~~O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará aos órgãos competentes, 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato, a indicação dos novos membros, observado o disposto no parágrafo primeiro deste artigo. (REVOGADO)~~

### **Seção III.**

#### **Do Mandato dos Conselheiros Municipais do CMDCA**

Redação adicionada pela Lei Ordinária nº 1944/2014

**Art. 6º..** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDA terá a seguinte estrutura:

**I.** ~~Presidência; (REVOGADO)~~

**II.** ~~Secretaria; (REVOGADO)~~

**III.** ~~Plenário. (REVOGADO)~~

**Parágrafo único.** . ~~O Prefeito de Camapuã, no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação desta Lei dará ao primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.~~ (REVOGADO)

#### **Seção IV.**

##### *Da Estrutura e Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Redação adicionada pela Lei Ordinária nº 1944/2014

**Art. 7º..** *Compete, ainda, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:*

**I.** *propor ao Executivo alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento à criança e ao adolescente;*

**II.** *assessorar o Poder Executivo na definição da dotação orçamentária a ser destinada á execução das políticas de que trata o inciso I do artigo 2º desta Lei;*

**III.** *constituir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo a política de administração e aplicação dos recursos financeiros, em cada exercício;*

**IV.** *defundir e divulgar amplamente a política municipal destinada á criança e ao adolescente;*

**V.** *estimular a capacitação dos técnicos e educadores envolvidos no atendimento direto à criança e ao adolescente, com objetivo de difundir, discutir e reavaliar as políticas de atendimento;*

**VI.** ~~encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, excludência, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e adolescente, controlando o encaminhamento das medidas necessárias a sua apuração;~~ (REVOGADO)

**VII.** ~~apoiar e propor planos, programas e projetos de estudos, pesquisas, publicações e mobilização da sociedade que visem à promoção e defesa dos direitos da crianças e do adolescente;~~ (REVOGADO)

**VIII.** ~~manter intercâmbio com entidades federais, estaduais, municipais e com outras congêneres que atuem na proteção, promoção e defesa dos direitos das crianças e do adolescentes;~~ (REVOGADO)

**IX.** ~~incentivar e apoiar campanhas promocionais e de conscientização dos direitos das crianças e do adolescente;~~ (REVOGADO)

**X.** ~~manter contato com as delegacias especializadas de polícia, entidades de internação, acolhimento e demais instituições públicas e privadas acerca do atendimento oferecido às crianças e aos adolescentes;~~  
(REVOGADO)

**XI.** ~~elaborar e aprovar o seu regimento interno;~~ (REVOGADO)

**XII.** ~~dar posse aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — CMDCA — para o mandato sucessivo;~~  
(REVOGADO)

**XIII.** ~~convocar o suplente no caso de vacância do cargo de conselheiro.~~  
(REVOGADO)

**Art. 8º..** A Administração Municipal cederá físico, as instalações e os recursos humanos eventualmente necessário á manutenção do funcionamento regular do Conselho.

**Art. 9º..** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá a responsabilidade no processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, que deverá ser criado por Lei Municipal, e sob a fiscalização do Ministério Público.

**Art. 10.** O primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da posse de seus membros para elaborar e aprovar o Regimento Interno , que disporá sobre seu funcionamento e atribuições do presidente, Secretário e demais conselheiros.

**Art. 11.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Prefeito de Camapuã, 28 de Março de 1994*

*Engº Hugo José Bomfim*  
*Prefeito*

---

*Lei Ordinária Nº 964/1994 - 28 de março de 1994*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*